

Nortec Química S.A.

**Relatório sobre a Revisão de
Informações Trimestrais - ITR
31 de março de 2016**

Conteúdo

Relatório da administração

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Balancos patrimoniais

Demonstrações de resultados

Demonstrações de resultados abrangentes

Demonstrações dos fluxos de caixa

Demonstração das Mutações

Demonstrações do valor adicionado

Notas explicativas às demonstrações financeiras

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO / COMENTÁRIO DE DESEMPENHO

Informações Trimestrais 31/03/2016

A Nortec Química S.A. ("Companhia" ou "Nortec"), empresa brasileira do ramo Farmoquímico, há 30 anos produzindo Moléculas Ativas para a Indústria Farmacêutica de Medicamentos de Marca (referência), genéricos e similares; e, para os Sistemas de Saúde Pública do Brasil, e para Doenças Negligenciadas, divulga hoje o resultado do primeiro trimestre de 2016, atualizando seus acionistas e o mercado em relação ao desenvolvimento de seus projetos.

As informações financeiras e operacionais, divulgadas em milhares de Reais, foram elaboradas de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, acompanhados do Relatório dos Auditores Independentes.

Principais Indicadores:

Tabela 1

R\$ mil	1T16	1T15	Δ %
Faturamento Bruto	37.500	34.651	8%
Produção (kg)	60.377	55.536	9%
Margem Bruta	14.335	12.959	11%
EBITDA	11.198	10.269	9%
Lucro Líquido	7.500	6.048	24%
Índice Liquidez Imediata	0,56	0,73	-23%
Índice Liquidez Corrente	3,19	4,13	-23%
Índice Grau de Endividamento(*)	57%	52%	9%

(*) = (Passivo Circulante + Passivo não Circulante)/Patrimônio Líquido

Tabela 2

R\$ mil	1T16	%RL	1T15	% RL	Δ %
Receita Líquida	36.367	100%	32.753	100%	11%
CPV	22.032	61%	19.794	60%	11%
Lucro Bruto	14.335	39%	12.959	40%	11%
Despesas/Receitas Operacionais	3.624	10%	3.121	10%	16%
EBITDA	11.198	31%	10.269	31%	9%
Resultado Financeiro	135	0,4%	-846	-3%	-116%
Lucro Líquido	7.500	21%	6.048	18%	24%

Considerações da Administração

A COMPANHIA está em plena fase executiva de investimentos em Ativos Fixos, que envolvem a duplicação da sua capacidade de produção, dentro dos mais rigorosos padrões regulatórios, o que deverá ampliar o acesso da Companhia aos mercados farmacêuticos altamente regulados, em especial nos EUA, Europa e Japão. A expansão das instalações de produção, quando terminada, faz parte de seu Planejamento Estratégico, como fundamental para fazer frente ao crescimento de mercado projetado pela Empresa.

A COMPANHIA, em setembro de 2015, adquiriu uma área de 14.974,98 m² da Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro – CODIN, contígua às suas atuais instalações industriais, pelo valor de R\$1.1 milhões, para futuras ampliações. Atualmente o terreno está sendo preparado para futuros investimentos. Ressalta-se que a apresentação do Projeto detalhado à Prefeitura Municipal de Duque de Caxias será efetuada após a obtenção da Licença de Supressão de Cobertura Vegetal, ora em tramitação.

Perspectivas da Economia

A crise política e econômica avança no país, mantendo um cenário pessimista para esse o ano de 2016. O dólar em março manteve o movimento de queda iniciado em fevereiro, chegando a ser cotado a R\$ 3,6073 e fechando o mês cotado em R\$ 3,5589 (Dólar Ptax venda – Bacen).

De acordo com o Boletim Focus (BACEN) emitido no dia 01 de abril de 2016, há uma expectativa de que em 2016, o PIB encolha 3,73%, que a inflação atinja 7,28%. Além disso, a taxa de juros deverá reduzir para 13,75% e o dólar tende a R\$4,00 no final do ano. A taxa de desemprego, segundo as Projeções Bradesco Longo Prazo, ficaria acima dos 9%.

Perspectivas do segmento no País

O ano de 2016 inicia com expectativa de prolongamento da crise econômica brasileiro. E diante de um quadro no qual o Governo tem reduzido poder de incentivo à cadeia farmacêutica brasileira, a retomada do crescimento depende de ações dos próprios player do setor.

De acordo com a ABIQUIF, a produção local estimada de farmoquímicos nos três primeiros meses de 2016, atingiu US\$ 170,1 (em milhões FOB) e no ano de 2015, no período de doze meses, foram produzidos US\$990,0 (em milhões FOB). Globalmente o segmento de IFA movimenta USD 120 bilhões e tem crescido a 7% a.a em média.

Ainda de acordo com a Associação, as importações, as exportações brasileiras de medicamentos apresentam em 2016, até março, a cifra de US\$ 210,3 milhões, alcançando vários países, especialmente a Dinamarca.

A alta do dólar, comparado ao mesmo do período do ano de 2015, atinge diretamente aos segmentos que dependem da importação de produtos. Cerca de 90% da matéria prima utilizada na fabricação de medicamentos, é importada principalmente de países como China e Índia. De outro lado, para o setor da NORTEC QUÍMICA, de Síntese de Insumos Farmacêuticos Ativos (IFAs), torna a indústria farmoquímica nacional, mais competitiva, nas suas exportações.

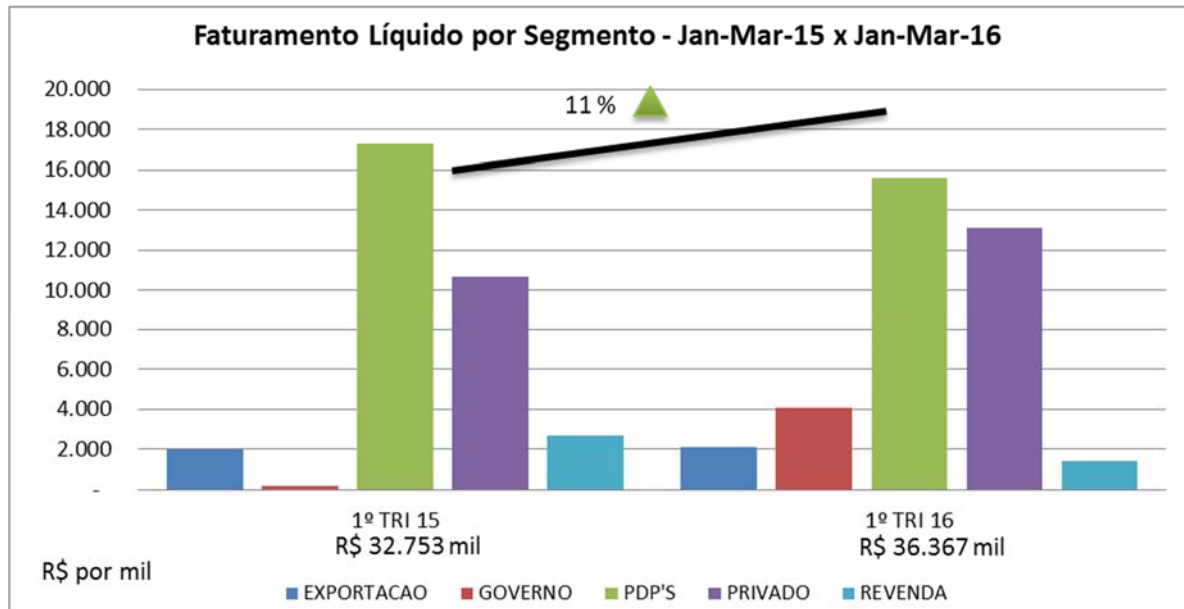
Um dado relevante que influencia diretamente o mercado de farmoquímicos, é que a população com mais de 65 anos passou a representar 6,7% da população total em 2009 versus 4,8% em 1991. Segundo o IBGE, a expectativa é que esse grupo represente 13,1% da população brasileira em 2050, o que deverá aumentar o consumo de medicamentos.

(Indicadores - Fonte: Abiquif – Associação Brasileira da Indústria Farmoquímica e de Insumos farmacêuticos)

Análise Econômica Financeira

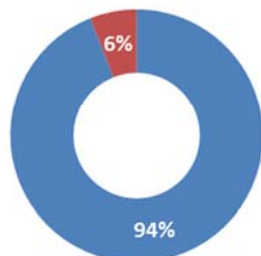
- **Faturamento líquido**

A receita líquida, no acumulado dos três primeiros meses de 2016 alcançou R\$ 36,4 milhões, um aumento de 11% em comparação com o mesmo período de 2015, quando atingiu R\$ 32,7 milhões.

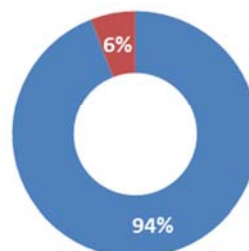


A receita da Companhia é composta quase que na sua totalidade pelo mercado interno, que representou 94% do acumulado de janeiro a março de 2016. A participação de vendas para o mercado externo foi de 6% sobre o total acumulado.

Faturamento Líquido - 3M 2015



Faturamento Líquido - 3M 2016



■ MERCADO INTERNO ■ EXPORTAÇÃO

- **Mercado exportação**

As vendas apresentaram um aumento de 9% no acumulado do primeiro trimestre de 2016 (R\$ 2,1 milhões) em relação ao mesmo período de 2015 (R\$ 2 milhões).

Os produtos com maior demanda de faturamento para exportação no período foram o Benzoato de Denatônio, Hidroximetano Sulfonato de Sódio, Benzoato de Denatônio Solução Metanólica e Citrato de Orfenadrina.

- **Custo dos produtos vendidos**

O custo dos produtos vendidos atingiu R\$ 22 milhões no acumulado de janeiro a março de 2016, o que representou 61% da receita líquida. Em relação ao mesmo período de 2015, a sua representatividade em relação à receita líquida foi 1% maior, devido ao mix de produtos vendidos no mercado interno.

- **Despesas/Receitas operacionais**

As despesas operacionais atingiram R\$ 3,6 milhões no acumulado dos três primeiros meses de 2016, representando um aumento de 15% em relação ao mesmo período de 2015. Em relação às outras receitas líquidas operacionais, o acumulado do primeiro trimestre atingiu R\$ 92 mil reais.

- **EBITDA**

A geração operacional de caixa medida pelo EBITDA (Lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização) no acumulado de janeiro a março de 2016 foi de R\$ 11,2 milhões positivos por conta dos efeitos anteriormente mencionados.

- **Liquidez e endividamento**

A disponibilidade financeira consolidada, ao final primeiro trimestre de 2016 foi de R\$ 16,1 milhões, sendo integralmente em moeda local (Real). Houve uma redução de 31% em relação ao final de dezembro de 2015, quando atingiu R\$ 23,4 milhões, principalmente, pelo pagamento de, aproximadamente, R\$ 4 milhões de IRPJ e CSLL complementares referentes ao ano de 2015. As aplicações financeiras no acumulado do primeiro trimestre representam 56% desta disponibilidade, estando registradas integralmente no circulante. Em 31 de março de 2016 os empréstimos totalizavam o montante de R\$ 21 milhões, estando R\$ 2,1 milhões registrados no passivo circulante e R\$ 18,9 milhões no não circulante.

Os contratos de financiamento de longo prazo, contraídos com BNDES - Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social, correspondem 95% dos empréstimos da Companhia, registrados no Passivo Não Circulante.

- **Resultado Financeiro**

O resultado financeiro líquido no período de janeiro a março de 2016 foi positivo em R\$ 135 mil, sendo R\$ 513 mil de receitas financeiras, sendo a maior parte proveniente de aplicações financeiras, e R\$ 377 mil referente a despesas financeiras. Em relação ao resultado cambial, o período se encerrou com uma variação nula.

- **Patrimônio líquido**

Ao final do primeiro trimestre de 2016, o patrimônio líquido atingiu R\$ 89,9 milhões (R\$ 7,57 por ação), 9% superior ao patrimônio líquido alcançado em dezembro de 2015 (R\$ 82,4 milhões e R\$ 6,94 por ação). A variação do patrimônio líquido consolidado ao final do primeiro trimestre deve-se ao aumento de R\$ 7,5 milhões, referente ao lucro líquido apurado de janeiro a março de 2016.

Instrução CVM nº 381/2003

Em atendimento à determinação da Instrução CVM 381/2003, informamos que, no período findo em 31 de Março de 2016, não contratamos nossos Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos da auditoria externa.

A Diretoria.



KPMG Auditores Independentes
Av. Almirante Barroso, 52 - 4º andar
20031-000 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone 55 (21) 3515-9400, Fax 55 (21) 3515-9000
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as informações contábeis intermediárias - ITR

Aos Diretores e Acionistas da
Nortec Química S.A.
Duque de Caxias - Rio de Janeiro

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Nortec Química S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2016, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para o período de três meses findo naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações contábeis intermediárias de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - *Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade* e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.



Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, emitida pelo IASB aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as Demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2016, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 13 de maio de 2016

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Carla Bellangero
Contadora CRC 1SP196751/O-4

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2015 à 31/03/2015	8
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2016
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	11.877
Preferenciais	0
Total	11.877
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
1	Ativo Total	140.541	134.806
1.01	Ativo Circulante	91.467	91.003
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	7.140	10.572
1.01.02	Aplicações Financeiras	9.035	12.856
1.01.03	Contas a Receber	23.521	15.461
1.01.03.01	Clientes	23.521	15.461
1.01.04	Estoques	45.220	47.463
1.01.06	Tributos a Recuperar	4.750	2.855
1.01.07	Despesas Antecipadas	789	627
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1.012	1.169
1.02	Ativo Não Circulante	49.074	43.803
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	2.632	2.007
1.02.01.03	Contas a Receber	38	38
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	38	38
1.02.01.06	Tributos Diferidos	671	0
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	991	1.037
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	932	932
1.02.01.09.03	Impostos a Recuperar	932	932
1.02.02	Investimentos	79	79
1.02.02.01	Participações Societárias	79	79
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	79	79
1.02.03	Imobilizado	46.363	41.717
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	18.843	13.520
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	27.520	28.197

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
2	Passivo Total	140.541	134.806
2.01	Passivo Circulante	28.919	30.865
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	2.742	2.113
2.01.01.01	Obrigações Sociais	783	646
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	1.959	1.467
2.01.02	Fornecedores	9.025	11.148
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	1.163	950
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	7.862	10.198
2.01.03	Obrigações Fiscais	3.853	4.765
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	3.632	4.515
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	3.426	3.632
2.01.03.01.02	Obrigações Fiscais Federais	206	883
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	184	237
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	37	13
2.01.05	Outras Obrigações	13.299	12.839
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	2.102	1.625
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	2.102	1.625
2.01.05.02	Outros	11.197	11.214
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	5.447	5.447
2.01.05.02.04	Outras Contas a Pagar	574	503
2.01.05.02.05	Adiantamentos de Clientes	5.176	5.264
2.02	Passivo Não Circulante	21.996	21.562
2.02.02	Outras Obrigações	21.996	21.562
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	18.900	18.464
2.02.02.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	18.900	18.464
2.02.02.02	Outros	3.096	3.098
2.03	Patrimônio Líquido	89.626	82.379
2.03.01	Capital Social Realizado	33.477	33.477
2.03.04	Reservas de Lucros	48.902	48.902
2.03.04.01	Reserva Legal	4.533	4.533
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	44.369	44.369
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	7.247	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	36.367	32.753
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-22.450	-19.794
3.03	Resultado Bruto	13.917	12.959
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-3.532	-3.061
3.04.01	Despesas com Vendas	-25	-93
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-3.599	-3.028
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	92	60
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	10.385	9.898
3.06	Resultado Financeiro	135	-846
3.06.01	Receitas Financeiras	513	426
3.06.02	Despesas Financeiras	-378	-1.272
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	10.520	9.052
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-3.273	-3.004
3.08.01	Corrente	-3.429	-3.004
3.08.02	Diferido	156	0
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	7.247	6.048
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	7.247	6.048
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,76274	0,50920

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015
4.01	Lucro Líquido do Período	7.247	6.048
4.03	Resultado Abrangente do Período	7.247	6.048

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-3.009	-4.738
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	11.013	10.009
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	7.247	6.048
6.01.01.02	Depreciações e amortizações	487	431
6.01.01.03	Variação Cambial	1	971
6.01.01.04	Imposto de Renda e Contribuição Social	3.585	3.004
6.01.01.05	Outros	-307	-445
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-10.767	-11.380
6.01.02.01	(aumento)/redução - Contas a Receber	-8.060	696
6.01.02.02	(aumento)/redução - Estoques	2.243	-12.916
6.01.02.03	(aumento)/redução - Imp. a Recuperar	-1.895	-1.515
6.01.02.04	(aumento)/redução - Outros Ativos	-630	-1.029
6.01.02.05	(aumento)/redução - Fornecedores	-2.123	4.185
6.01.02.06	(aumento)/redução - Obrig.sociais e trabalhistas	629	437
6.01.02.07	(aumento)/redução - Obrig. fiscais	-912	-1.195
6.01.02.08	(aumento)/redução - Outros Passivos	-19	-43
6.01.03	Outros	-3.255	-3.367
6.01.03.01	Pagamentos de imposto de renda e contribuição social	-3.255	-3.367
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-1.312	1.275
6.02.01	Aquisição de Imobilizado	-5.133	-2.538
6.02.02	Aplicações Financeiras	3.821	3.813
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	889	3.390
6.03.01	Empréstimos obtidos	1.164	3.800
6.03.02	Pagamento de empréstimos e financiamentos	-275	-410
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-3.432	-73
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	10.572	6.493
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	7.140	6.420

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	33.477	0	48.902	0	0	82.379
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	33.477	0	48.902	0	0	82.379
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	7.247	0	7.247
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	7.247	0	7.247
5.07	Saldos Finais	33.477	0	48.902	7.247	0	89.626

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/03/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	30.575	0	32.422	0	0	62.997
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	30.575	0	32.422	0	0	62.997
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	6.048	0	6.048
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	6.048	0	6.048
5.07	Saldos Finais	30.575	0	32.422	6.048	0	69.045

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015
7.01	Receitas	37.591	34.711
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	37.500	34.651
7.01.02	Outras Receitas	91	60
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-19.190	-17.086
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-16.490	-14.065
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-2.700	-3.021
7.03	Valor Adicionado Bruto	18.401	17.625
7.04	Retenções	-485	-432
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-485	-432
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	17.916	17.193
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	2.272	1.938
7.06.02	Receitas Financeiras	2.272	1.938
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	20.188	19.131
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	20.188	19.131
7.08.01	Pessoal	4.745	4.528
7.08.01.01	Remuneração Direta	3.678	3.444
7.08.01.02	Benefícios	787	816
7.08.01.03	F.G.T.S.	280	268
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	5.700	5.680
7.08.02.01	Federais	4.907	4.325
7.08.02.02	Estaduais	774	1.353
7.08.02.03	Municipais	19	2
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	2.243	2.875
7.08.03.01	Juros	377	301
7.08.03.02	Aluguéis	106	91
7.08.03.03	Outras	1.760	2.483
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	7.500	6.048
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	7.500	6.048

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

As atividades da Nortec Química S.A. (“Companhia” ou “Nortec Química”) compreendem basicamente na industrialização, comercialização, importação e exportação de produtos químicos e farmoquímicos, pesquisas e desenvolvimento de tecnologias de produtos, prestação de serviços de assistências técnicas nas áreas comercial, tecnológica e de produção de terceiros. Está localizada na Rua Dezessete, 200 A, B, C e D, no Distrito Industrial Duque de Caxias em Xerém, cidade de Duque de Caxias, no estado do Rio de Janeiro.

Em 23 de novembro de 2012, a Companhia obteve o registro de Companhia Aberta na Categoria “A” na Comissão de Valores Mobiliários - CVM. Essa categoria autoriza a negociação de quaisquer valores mobiliários do emissor em mercados regulamentados de valores mobiliários.

Os principais clientes da Companhia são: Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ, a Blanver Farmoquímica; e de forma regular e contínua, complementam a lista dos principais clientes: Brainfarma, Cristália, União Química, Aspen, Takeda, Medley e Eurofarma.

1.1 Atualização dos eventos ocorridos no exercício de 2015:

a. Anvisa

A Companhia sofreu uma inspeção realizada no período de 03 a 08 de agosto de 2015 pelo órgão de Vigilância Sanitária (Anvisa), resultando em um termo de interdição parcial para suas atividades de fabricação de insumos farmacêuticos (IFA’S) expedido as 11:15 de 23 de setembro de 2015. Os estoques de IFA’S (Insumos Farmacêuticos Ativos) disponíveis na data da interdição, bem como os produtos de revenda, não foram alvo da citada interdição. A Companhia diligenciou ações imediatas de adequações na área produtiva, emissão e revisão de procedimentos internos e treinamento de pessoal, a fim de atender às exigências apontadas pela Agência Reguladora. Assim sendo, em 28 de setembro, a Companhia apresentou à ANVISA e SUVISA, um Relatório de Ações Corretivas implementadas, e ao mesmo tempo solicitou uma nova inspeção para o início do mês de outubro, para fins de desinterdição. Em 29 de outubro de 2015, a ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária), através da SUVISA/RJ (Superintendência de Vigilância Sanitária do Estado do Rio de Janeiro), emitiu o termo de desinterdição da Atividade de Fabricação de Insumos Farmacêuticos.

A Administração da Companhia continua realizando ações para a validação dos 45 produtos interditados de comercialização, encerrando o período com a validação de 21 produtos. Os produtos estão sendo validados a medida das necessidades do mercado, de modo a não prejudicar o faturamento da Companhia. A expectativa da administração é de validar todos os produtos pendentes até setembro deste ano.

1.2 Licença de Operação

A Companhia obteve do INEA/RJ (Instituto Estadual do Ambiente) a licença de operação nº IN 025803, iniciado em 12/2013 válido até 12/2017.

2 Apresentação e base de preparação das Informações contábeis intermediárias

2.1 Declaração de conformidade

As informações contábeis intermediárias para o trimestre findo em 31 de março de 2016 foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com a Deliberação da CVM 581, de 31 de julho de 2009, que aprova o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - “Demonstração Intermediária” e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB).

As políticas contábeis adotadas nestas Informações Trimestrais - ITR foram consistentes com aquelas adotadas e divulgadas nas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e, portanto, ambas devem ser lidas em conjunto.

A emissão das presentes informações contábeis intermediárias, contidas nas Informações Trimestrais - ITR, foram aprovadas pela Administração da Companhia em 9 de maio de 2016.

2.2 Base de mensuração

As informações contábeis intermediárias foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

As informações contábeis intermediárias estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e moeda de apresentação da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3 Resumo das principais práticas contábeis

3.1 Caixa e equivalente de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo.

3.2 Contas a receber de clientes

Estão apresentadas pelo valor de realização, sendo que as contas a receber de clientes no mercado externo estão atualizadas com base nas taxas de câmbio vigentes na data dos balanços. A provisão para perdas com créditos é fundamentada em análise dos créditos, que leva em consideração o histórico e os riscos envolvidos em cada operação, e é constituída em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas na realização das contas a receber.

3.3 Reconhecimento de receita

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de impostos, quando aplicável. As principais fontes de receita são descritas a seguir:

- **Receita de venda** - A receita de venda de produtos é reconhecida quando todas as seguintes condições forem satisfeitas:
 - a. A Companhia transferiu ao comprador os riscos e benefícios significativos relacionados à propriedade dos produtos;
 - b. A Companhia não mantém envolvimento continuado na gestão dos produtos vendidos em grau normalmente associado à propriedade nem controle efetivo sobre tais produtos;
 - c. O valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade;
 - d. É provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a Companhia; e
 - e. Os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade.

Mais especificamente, a receita de venda de produtos é reconhecida quando os produtos são entregues e a titularidade legal é transferida.

- **Juros (receita financeira)** - A receita de ativo financeiro de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial desse ativo.

3.4 Moeda estrangeira

A Administração da Companhia definiu que sua moeda funcional é o real. Transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional (o real), são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do período. Os itens não monetários registrados pelo valor justo apurado em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes na data em que o valor justo foi determinado. Os itens não monetários que são mensurados pelo custo histórico em uma moeda estrangeira devem ser convertidos, utilizando a taxa vigente da data da transação. As variações cambiais sobre itens monetários são reconhecidas no resultado no período em que ocorrerem. A Companhia não possui empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira.

3.5 Custo dos empréstimos

Os custos de empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso ou venda pretendida, são acrescentados ao custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso ou a venda pretendida.

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do período em que são incorridos exceto os que são destinados a aquisição ou construção de ativos, os custos com esses empréstimos são capitalizados no ativo.

3.6 Subvenções governamentais

As subvenções governamentais não são reconhecidas até que exista segurança razoável de que a Companhia irá atender às condições relacionadas e que as subvenções serão recebidas. As subvenções governamentais para custeio, destinadas para pesquisa e desenvolvimento, são reconhecidas sistematicamente no resultado, como outras receitas, durante os períodos nos quais a Companhia reconhece como despesas os correspondentes gastos com pesquisa as quais as subvenções pretendem compensar.

Os empréstimos do BNDES, conforme mencionado na nota explicativa 12, possuem taxas que são consideradas de mercado para os tipos de operação que financia; portanto, não são considerados como subvenções governamentais.

3.7 Tributação

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

Impostos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do período. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros períodos, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada com base nas alíquotas vigentes no fim do período.

Impostos diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos (“imposto diferido”) é reconhecido sobre as diferenças temporárias no final de cada período de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas informações contábeis intermediárias e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a empresa apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Os impostos diferidos ativos ou passivos não são reconhecidos sobre diferenças temporárias resultantes de ágio ou de reconhecimento inicial de outros ativos e passivos em uma transação que não afete o lucro tributável nem o lucro contábil.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada período de relatório e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada período de relatório, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no final de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

Isenção de impostos sobre as vendas

A Companhia tem isenção de impostos sobre a venda de produtos destinados ao coquetel da Aids, conforme o convenio 10/2002 do ICMS.

3.8 Imobilizado

Os ativos imobilizados são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzidos de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumuladas. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os honorários profissionais e, no caso de ativos qualificáveis, os juros de empréstimos capitalizados de acordo com a política contábil da Companhia. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual, após sua vida útil, seja integralmente baixado (exceto para terreno e imobilizado em andamento).

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

3.9 Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Anualmente a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos não financeiros para determinar se há alguma indicação de que tais ativos apresentaram indicadores de perdas por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver.

Para testes de redução no valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, majoritariamente independente das entradas de caixa de outros ativos, ou unidade geradora de caixa (UGC).

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. As perdas de valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

3.10 Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o valor de custo médio de produção ou preço médio de aquisição e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio de aquisição. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para conclusão e custos necessários para realizar a venda. As provisões para perda de estoque de baixa rotatividade ou obsoletos, ou aquelas constituídas para ajustar ao valor de mercado, são contabilizadas quando aplicável.

3.11 Fornecedores

São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário e quando aplicável, essas obrigações são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

3.12 Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

3.13 Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia for parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

3.14 Ativos financeiros

Os ativos financeiros estão classificados nas seguintes categorias específicas: ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros “disponíveis para venda” e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. As aquisições ou alienações normais correspondem a aquisições ou alienações de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado.

Método de juros efetivos

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do período correspondente. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções) durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil líquido na data do reconhecimento inicial.

A receita é reconhecida com base nos juros efetivos para os instrumentos de dívida não caracterizados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados pelo valor justo por meio do resultado.

Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação se:

- For adquirido principalmente para ser vendido a curto prazo; ou
- No reconhecimento inicial é parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que a Companhia administra em conjunto e possui um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo; ou
- For um derivativo que não tenha sido designado como um instrumento de “hedge” efetivo.

Um ativo financeiro além dos mantidos para negociação pode ser designado ao valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se:

- Tal designação eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento que, de outra forma, surgiria; ou
- O ativo financeiro for parte de um Companhia gerenciado de ativos ou passivos financeiros ou ambos, e
- Seu desempenho for avaliado com base no valor justo, de acordo com a estratégia documentada de gerenciamento de risco ou de investimento da Companhia, e quando as informações sobre o agrupamento forem fornecidas internamente com a mesma base; ou

- Fizer parte de um contrato contendo um ou mais derivativos embutidos e a CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração permitir que o contrato combinado (ativo ou passivo) seja totalmente designado ao valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado. Ganhos e perdas líquidos reconhecidos no resultado incorporam os dividendos ou juros auferidos pelos ativos financeiros, sendo incluídos na rubrica “Outros ganhos e perdas”, na demonstração do resultado, O valor justo é determinado conforme descrito na nota explicativa 18.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis (inclusive contas a receber de clientes e outras, caixa e equivalentes de caixa) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável.

A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento dos juros seria imaterial.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada período de relatório. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo. Uma evidência objetiva pode incluir:

- Dificuldade financeira significativa do emissor ou contraparte; ou
- Violação de contrato, como uma inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou principal; ou
- Probabilidade de o devedor declarar falência ou reorganização financeira; ou
- Extinção do mercado ativo daquele ativo financeiro em virtude de problemas financeiros.
- Para certas categorias de ativos financeiros, tais como contas a receber, os ativos que na avaliação individual não apresentam redução ao valor recuperável podem, subsequentemente, apresentá-la quando são avaliados coletivamente. Evidências objetivas de redução ao valor recuperável para uma carteira de créditos podem incluir a experiência passada da Companhia na cobrança de pagamentos e o aumento no número de pagamentos em atraso após o período médio de 90 dias, além de mudanças observáveis nas condições econômicas nacionais ou locais relacionadas à inadimplência dos recebíveis.

Para os ativos financeiros registrados ao valor de custo amortizado, o valor da redução ao valor recuperável registrado corresponde à diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontada pela taxa de juros efetiva original do ativo financeiro.

Para ativos financeiros registrados ao custo, o valor da perda por redução ao valor recuperável corresponde à diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontada pela taxa de retorno atual para um ativo financeiro similar. Essa perda por redução ao valor recuperável não será revertida em períodos subsequentes.

O valor contábil do ativo financeiro é reduzido diretamente pela perda por redução ao valor recuperável para todos os ativos financeiros, com exceção das contas a receber, em que o valor contábil é reduzido pelo uso de uma provisão. Recuperações subsequentes de valores anteriormente baixados são creditadas à provisão. Mudanças no valor contábil da provisão são reconhecidas no resultado.

Quando um ativo financeiro classificado como disponível para venda é considerado irrecuperável, os ganhos e as perdas acumulados reconhecidos em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado.

Para ativos financeiros registrados ao custo amortizado, se em um período subsequente o valor da perda da redução ao valor recuperável diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente a um evento ocorrido após a redução ao valor recuperável ter sido reconhecida, a perda anteriormente reconhecida é revertida por meio do resultado, desde que o valor contábil do ativo na data dessa reversão não exceda o eventual custo amortizado se a redução ao valor recuperável não tivesse sido reconhecida.

Com respeito a títulos da dívida disponíveis para venda, as perdas por redução ao valor recuperável são subsequentemente revertidas por meio do resultado se um aumento no valor justo do investimento puder ser objetivamente relacionado a um evento que ocorreu após o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável.

Baixa de ativos financeiros

A Companhia baixa um ativo financeiro, apenas quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa provenientes desse ativo expiram, ou transfere o ativo, e substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade para outra empresa. Se a Companhia não transferir nem reter substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro, mas continuar a controlar o ativo transferido, a Companhia reconhece a participação retida e o respectivo passivo nos valores que terá de pagar. Se reter substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo da propriedade do ativo financeiro transferido, a Companhia continua reconhecendo esse ativo, além de um empréstimo garantido pela receita recebida.

Na baixa de um ativo financeiro em sua totalidade, a diferença entre o valor contábil do ativo e a soma da contrapartida recebida e a receber e o ganho ou a perda acumulada que foi reconhecido em “Outros resultados abrangentes” e acumulado no patrimônio é reconhecida no resultado.

Na baixa de um ativo financeiro que não seja em sua totalidade, a Companhia aloca o valor contábil anterior do ativo financeiro entre a parte que ele continua a reconhecer devido ao envolvimento contínuo e a parte que ele não mais reconhece, com base no valor justo relativo dessas partes na data da transferência. A diferença entre o valor contábil alocado à parte que não é mais reconhecida e a soma da contrapartida recebida pela parte que não é mais reconhecida e qualquer ganho ou perda acumulado alocado e reconhecido em “Outros resultados abrangentes” é reconhecida no resultado. O ganho ou a perda acumulada reconhecida em “Outros resultados abrangentes” é alocado entre a parte que continua a ser reconhecida e a parte que não é mais reconhecida com base no valor justo relativo dessas partes.

3.15 Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como “Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado” ou “Outros passivos financeiros”.

a. *Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado*

Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado.

Um passivo financeiro é classificado como mantido para negociação se:

- Foi adquirido principalmente para a recompra no curto prazo;
- Faz parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados gerenciados em conjunto pela Companhia e possui um padrão real recente de obtenção de lucro de curto prazo; e
- É um derivativo não designado como instrumento de “hedge” efetivo.

Um passivo financeiro não mantido para negociação pode ser designado ao valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se:

- Tal designação eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência na mensuração ou reconhecimento que, de outra forma, iria surgir;
- O passivo financeiro for parte de um grupo de ativos ou passivos financeiros ou ambos, gerenciado e com seu desempenho avaliado com base no valor justo de acordo com a gestão dos riscos ou estratégia de investimentos documentados da Companhia, e quando as informações a respeito da Companhia forem fornecidas internamente com a mesma base; ou o ativo financeiro for parte de um contrato contendo um ou mais derivativos embutidos e a IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração permitir que o contrato combinado (ativo ou passivo) seja totalmente designado ao valor justo por meio do resultado.

Os passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e os respectivos ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado. Os ganhos ou as perdas líquidas reconhecidas no resultado incorporam os juros pagos pelo passivo financeiro, sendo incluídos na demonstração do resultado. O valor justo é determinado conforme descrito na nota explicativa 18.

b. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são mensurados inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação do empréstimo. Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

c. Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários e pontos pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

d. Contratos de garantia financeira

A Companhia não possui contratos de garantia financeira.

e. Baixa de passivos financeiros

A Companhia baixa passivos financeiros somente quando as obrigações da Companhia são extintas e canceladas ou quando vencem. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

3.16 Investimentos

O investimento na Sociedade em Conta de Participação em conjunto com a Cambrex Profarmaco do Brasil Ltda. está registrado pelo método de equivalência patrimonial.

3.17 Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou a demonstração do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 9 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das informações contábeis intermediárias conforme práticas contábeis adotadas no Brasil aplicável às Companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

4 Principais julgamentos na aplicação das políticas contábeis

Na aplicação das políticas contábeis da Companhia descritas na nota explicativa nº 3, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

4.1 Principais fontes de incerteza nas estimativas

A seguir, são apresentadas as principais premissas a respeito do futuro e outras principais origens da incerteza nas estimativas no final de cada período de relatório, que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos no próximo exercício.

Vida útil dos bens do imobilizado

A Companhia considera que o valor contábil líquido do ativo imobilizado não excede ao seu valor recuperável.

Provisão para contingências

As contingências são analisadas pela Administração em conjunto com seus assessores jurídicos. Essas avaliações envolvem julgamentos da Administração.

Avaliação de instrumentos financeiros

Conforme descrito nas notas explicativas 3 e 18, a Companhia usa técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros. A nota explicativa 18 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas na determinação do valor justo de instrumentos financeiros.

A Administração acredita que as técnicas de avaliação selecionadas e as premissas utilizadas são adequadas para a determinação do valor justo dos instrumentos financeiros.

4.2 Novos pronunciamentos, alterações e interpretações de normas

Os novos pronunciamentos, alterações e interpretações de normas que poderiam ser relevantes para a Companhia estão divulgados abaixo:

- **IFRS 9** - "Instrumentos Financeiros", publicada em julho de 2014, substitui as orientações existentes na IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração). A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. A norma não foi adotada de maneira antecipada pela Companhia que está avaliando o impacto da norma nas demonstrações financeiras. A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018.
- **IFRS 15** - "Receita de Contratos com Clientes", exige uma entidade a reconhecer o montante da receita refletindo a contraprestação que elas esperam receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma vai substituir a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente em IFRS e U.S. GAAP quando a nova norma for adotada. A adoção será requerida a partir de 1º de janeiro de 2018 e a Companhia está avaliando os efeitos que o IFRS 15 vai ter nas demonstrações financeiras e nas suas divulgações.

5 Caixa e equivalente de caixa

	31/03/2016	31/12/2015
Caixa e bancos	6.697	7.040
Aplicações financeiras em fundos de investimento (i)	<u>443</u>	<u>3.532</u>
	<u><u>7.140</u></u>	<u><u>10.572</u></u>

- (i) Referem-se a quotas de fundos de investimento com resgate automático que possuem alta liquidez; prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, independentemente do vencimento dos ativos e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

6 Aplicações financeiras

	31/03/2016	31/12/2015
Operações compromissadas - DI	4.170	8.072
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	<u>4.865</u>	<u>4.784</u>
	<u><u>9.035</u></u>	<u><u>12.856</u></u>

As aplicações financeiras descritas no quadro acima possuem vencimentos superiores a 90 dias e estão apresentadas no ativo circulante considerando a expectativa de realização no curto prazo.

As aplicações financeiras estão contabilizadas ao valor contábil o qual se aproxima do valor justo. Essas aplicações são remuneradas mensalmente por taxas de 92% a 101,5% do CDI.

7 Contas a receber

	31/03/2016	31/12/2015
Clientes nacionais (i)	21.872	13.431
Clientes estrangeiros	<u>1.649</u>	<u>2.030</u>
Total	<u><u>23.521</u></u>	<u><u>15.461</u></u>

- (i) A Blanver, Fundação Farmoquímica Ltda, Oswaldo Cruz - FIOCRUZ e Aspen Pharma Indústria Farmacêuticos Ltda representam cerca de 82% do saldo de contas a receber de clientes nacionais (72% em 31 de dezembro de 2015). Atualmente são considerados uns dos principais clientes da Companhia (vide nota explicativa 1).

Idade do saldo de contas a receber de clientes

	31/03/2016	31/12/2015
A vencer	11.513	10.522
Vencidos até 30 dias	6.367	499
Vencidos de 31 até 60 dias	3.745	12
Vencidos de 61 até 90 dias	-	1.321
Vencidos de 91 até 120 dias	-	2.528
Vencidos de 121 até 180 dias	1	56
Vencidos acima de 180 dias	<u>1.895</u>	<u>523</u>
	<u><u>23.521</u></u>	<u><u>15.461</u></u>

A Administração da Companhia revisa trimestralmente a provisão para créditos de liquidação duvidosa do contas a receber de acordo com as políticas adotadas pela Administração. Em 31 de março de 2016, a Companhia registrou uma provisão para perda que representa sua estimativa de perdas incorridas referentes ao contas a receber de clientes do setor privado no valor de R\$ 45 (em 31 de dezembro de 2015 não houve provisão).

Dos montantes vencidos há mais de 91 dias, R\$ 1.840 referem-se a vendas destinadas principalmente ao Governo. A Administração estima não haver perdas com crédito e os valores são considerados recuperáveis, adicionalmente ao montante provisionado.

8 Estoque

	31/03/2016	31/12/2015
Produtos acabados (a)	11.196	9.144
Produtos em processo (d)	4.660	8.764
Produtos para revenda (b)	483	800
Importação em andamento	307	383
Matérias-primas (c)	28.333	28.139
Almoxarifado	241	233
	<u>45.220</u>	<u>47.463</u>

- (a) O estoque de produtos acabados da Companhia é pulverizado, sendo os seguintes produtos que apresentaram maior representatividade em 31 de março de 2016: Efavirenz, Citrato de Orfenadrina e Cloridrato de Midazolam, com 12%, 11% e 10% do total do saldo, respectivamente. Em 31 de dezembro de 2015, os produtos acabados de maior representatividade eram: Lamivudina, Efavirenz e Espironolactona, com 23%, 15% e 9% do saldo total, respectivamente.
- (b) Os produtos para revenda da Companhia que apresentaram maior representatividade em 31 de março de 2016, foram: Salicilato de Metila e Fosfato de Cálcio Anidrodo com 46% e 27% do total do saldo, respectivamente. Em 31 de dezembro de 2015, os produtos para revenda que apresentaram maior representatividade, eram: Salicilato de Metila e Ácido Salicílico com 35% e 18% do total do saldo da conta, respectivamente.
- (c) As matérias-primas que apresentaram maior representatividade em 31 de março de 2016, foram: Tritel-Azido-Timidina, Salicilato de Lamivudina, Ciclopropiletinil e Canrenona (Aldadieno) com 31%, 14%, 12% e 6% do total do saldo, respectivamente. Em 31 de dezembro de 2015, as matérias-primas que apresentaram maior representatividade, eram: Tritel-Azido-Timidina, Salicilato de Lamivudina, Ciclopropiletinil e Tiabendazol com 32%, 20%, 12% e 5%, respectivamente.
- (d) Os produtos em processo que apresentaram maior representatividade em 31 de março de 2016, foram: Orfenadrina Base Bruta, Maleato de Midazolam Umido, Lamivudina Bruta e Intermediário do Bromazepam com 15 %, 7%, 6% e 5% do total do saldo, respectivamente. Em 31 de dezembro de 2015, os produtos em processo que apresentaram maior representatividade, eram: Maleato de Midazolam Purificado, Zidovudina e Orfenadrina Base Bruta com 21 %, 13% e 8% do total do saldo respectivamente.

A Administração da Companhia revisa trimestralmente a provisão para perda nos estoques de produtos acabados. O valor da provisão para perda em 31 de março de 2016 é de R\$ 469 (R\$ 1.693 em 31 de dezembro de 2015).

	Provisão para perdas nos Estoques
Saldo em 31 de dezembro de 2015	1.693
Adições	458
Reversões	(1.263)
	888
Saldo em 31 de março de 2016	888

9 Impostos a recuperar

	31/03/2016	31/12/2015
IRPJ	1.391	511
CSLL	675	228
PIS	335	227
COFINS	1.632	1.064
IRRF	219	49
IPI	46	46
IRPJ diferido (i)	493	379
CSLL diferido (i)	178	136
ICMS	691	546
Parcelamento da Lei 12.996/04	659	567
Outros	34	34
	6.353	3.787
Circulante	4.750	2.855
Não Circulante	1.603	932

- (i) A Companhia, fundamentada em estudos técnicos de viabilidade, realizados anualmente, que demonstram a capacidade de geração de lucros tributáveis futuros, mantém o crédito fiscal de imposto de renda e contribuição social decorrentes de diferenças temporárias, que somente serão dedutíveis quando atenderem a legislação fiscal. Veja movimentação demonstrada na nota 15.

10 Investimento

A Companhia possui uma Sociedade em Conta de Participação com a Cambrex Profarmaco do Brasil Ltda. Com base no acordo de sócios, a Companhia será remunerada em 50% dos resultados auferidos na comercialização dos produtos Fumarato de Quetiapina e Cloridrato de Raloxifeno. Não houve comercialização dos produtos mencionados anteriormente no trimestre de 2016, também não tendo comercialização no exercício de 2015.

11 Imobilizado

	Taxas anuais médias de depreciação	31/03/2016			31/12/2015
		Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Saldo líquido
Terrenos	-	58	-	58	58
Instalações	10%	16.228	(5.146)	11.082	6.415
Máquinas e equipamentos	4% a 20%	15.428	(9.640)	5.788	5.897
Móveis e utensílios	6,7% a 14,3%	1.219	(669)	550	211
Veículos	10% a 20%	319	(209)	110	117
Equipamentos de informática	5% a 33,3%	2.008	(1.220)	788	410
Imobilizado em andamento	-	25.804	-	25.804	24.542
Adiantamento de fornecedores	-	1.716	-	1.716	3.655
Outros	4% a 20%	2.509	(2.042)	467	412
Total		65.289	(18.926)	46.363	41.717

a. Movimentação do custo

	Saldo em 31/12/15	Adições	Baixas	Transf.	Saldo em 31/03/16
Terrenos	58	-	-	-	58
Instalações	11.431	-	-	4.797	16.228
Máquinas e equipamentos	15.286	3	-	139	15.428
Móveis e utensílios	871	9	-	339	1.219
Veículos	319	-	-	-	319
Equipamentos de informática	1.570	17	-	421	2.008
Imobilizado em andamento (i)	24.542	5.104	-	(3.842)	25.804
Adiantamento de fornecedores (ii)	3.655	-	-	(1.939)	1.716
Outros	2.424	-	-	85	2.509
Total	60.156	5.133	-	-	65.289

- (i) A Companhia apresenta um projeto de expansão, aprovado em reunião de conselho em 20 de junho de 2013, que contempla duas unidades Fabris, ambas localizadas no próprio terreno da Companhia. O cronograma de construção está apresentado a seguir:
- Unidade 230: Essa unidade está sendo construída com o objetivo de fabricação de IFA'S de baixa escala, estando prevista sua conclusão para o 2º segundo semestre do ano de 2016;
 - Unidade 280: Essa unidade está sendo construída com o objetivo de fabricação de IFA'S de alta escala, estando prevista sua conclusão para o 2º segundo semestre do ano de 2016;

Os montantes registrados na conta de imobilizado em andamento refere-se, principalmente, conforme demonstrado abaixo:

	31/03/2016	31/12/2015
Obras Cíveis	5.994	8.170
Equipamentos	7.490	7.745
Materiais	7.523	4.092
Montagem	3.561	2.912
Outros	1.236	1.624
Total	<u>25.804</u>	<u>24.543</u>

Deste saldo total, cerca de R\$ 153 refere-se a juros dos empréstimos capitalizados (R\$ 588 em 31 de dezembro de 2015). O montante de R\$ 5.781 é relativo a outros projetos já concluídos (R\$ 2.037 em 31 de dezembro de 2015), principalmente referente a Obra Civil (conclusão do arruamento e infraestrutura da unidade 000).

- (ii) Refere-se a adiantamentos feitos pela compra de equipamentos para expansão da unidade fabril 200, que irão compor o ativo imobilizado da Companhia.

b. Movimentação da depreciação

	Saldo em 31/12/2015	Adições	Baixas	Transf.	Saldo em 31/03/16
Terrenos	-	-	-	-	-
Instalações	(5.016)	(130)	-	-	(5.146)
Máquinas e equipamentos	(9.389)	(251)	-	-	(9.640)
Móveis e utensílios	(660)	(9)	-	-	(669)
Veículos	(202)	(7)	-	-	(209)
Equipamentos de informática	(1.160)	(60)	-	-	(1.220)
Imobilizado em andamento	-	-	-	-	-
Outros	<u>(2.012)</u>	<u>(30)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(2.042)</u>
Total	<u>(18.439)</u>	<u>(487)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(18.926)</u>

Em 31 de março de 2016 e no exercício de 2015, parte do ativo imobilizado no montante de R\$9.234, a valor de custo, está dado em garantia ao empréstimo captado junto ao BNDES.

12 Empréstimos e financiamentos

Em milhares de Reais	Moeda	Taxa de juros ao ano	Ano de vencimento	Saldo em	Saldo em
				31/03/2016	31/12/2015
				Valor Contábil	Valor Contábil
Empréstimos com partes relacionadas					
BNDES - Contrato - 08.202.291/010 (b.1)	R\$	4,50%	2016	151	304
BNDES - Contrato - 09.207.681/019 (b.2)	R\$	3,50%	2016	295	424
BNDES - Contrato - 13.2.0554.1/030 C (b.3)	R\$	1,5% a 4,5%	2021	9.791	9.110
BNDES - Contrato - 13.2.0554.1/013 A (b.3)	R\$	1,5% + Tjlp	2021	6.185	5.667
BNDES - Contrato - 13.2.0554.1/021 B (b.3)	R\$	3,50%	2021	3.553	3.581
Outros acionistas - Contratos de Mútuo (b.4)	R\$	2% + Tjlp	2016	1.027	1.003
Total Principal mais juros				<u>21.002</u>	<u>20.089</u>
Juros sobre Financiamentos (Circulante)				467	456
Juros sobre Financiamentos (Não Circulante)				991	1.037
Passivo Circulante (Principal)				1.635	1.169
Passivo Não Circulante (Principal)				<u>17.909</u>	<u>17.427</u>
Total dos financiamentos				<u>21.002</u>	<u>20.089</u>

A Companhia celebrou contratos de financiamento com o objetivo de financiar Pesquisa e desenvolvimento e expansão do parque industrial, conforme descrito abaixo:

(b.1) Contrato BNDES N° 08.202.291/010

Principal: R\$3.000 mil
 Juros: 4,5% a.a.
 Vencimento: Em 60 parcelas a partir de 15 de julho/11 e a última em 15 de junho de 2016.
 Garantia: Bens dos sócios majoritários.

(b.2) Contrato BNDES N° 09.207.681 /019

Principal: R\$2.500 mil
 Juros: 3,5% a.a.
 Vencimento: Em 60 parcelas a partir de 15 de novembro/11 e a última em 15 de outubro de 2016.
 Garantia: Bens dos sócios majoritários.

(b.3) Contrato BNDES N° 13.2.0554.1

Principal: Limitado a R\$20.996 mil
 Juros: De 1,5% a 4,5% a.a.
 Vencimento: Em 60 parcelas a partir de setembro/16 e a última em agosto/21.
 Em primeira hipoteca, os imóveis de sua propriedade onde está instalada uma unidade industrial, o imóvel de sua propriedade, a propriedade fiduciária das máquinas e equipamentos de sua propriedade instalados e em operação na unidade industrial descrita no contrato e a propriedade fiduciária das máquinas e equipamentos a serem adquiridos com recursos desta operação.
 Garantia:

(b.4) Empréstimos com outros acionistas (Mútuo)

Principal:	R\$714 mil
Juros:	2% a.a.
Vencimento:	Juros Mensais e TJLP - Vencimento até julho/16
Garantia	-

Cláusulas restritivas nos contratos de empréstimos (Covenants)

A Companhia apresenta covenants não financeiros nos contratos de empréstimos com o BNDES, que vem sendo monitorado pela Administração. Até a presente data, não houve nenhuma indicação de não atendimento aos covenants definidos nos contratos do BNDES descritos nos quadros acima.

13 Partes relacionadas

Os saldos patrimoniais e de resultado em 31 de março de 2016, relativos a operações com partes relacionadas, são:

	Passivo		Resultado	
	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/03/2015
Outros acionistas (Empréstimos) - nota 12	1.027	1.003	(24)	(18)
BNDES (Empréstimos) - nota 12	19.975	19.086	(96)	(67)
	21.002	20.089	(120)	(85)
Circulante	2.102	1.625	-	-
Não-Circulante	18.900	18.464	-	-

Remuneração do pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração da Companhia inclui os membros da diretoria estatutária e Conselho da Administração.

Os montantes referentes à remuneração do pessoal-chave da Companhia em 31 de março de 2016 e 2015 foram de R\$ 507 e R\$ 442 respectivamente.

14 Fornecedores

	31/03/2016	31/12/2015
Fornecedores nacionais	1.163	950
Fornecedores estrangeiros (i)	7.862	10.198
	9.025	11.148

- (i) Refere-se substancialmente a compra de matéria-prima importada. Em 31 de março de 2016, os principais produtos comprados foram: Tritil Azido Timidina, Intermediário de Efavirenz e Tenofovir (em 31 de dezembro de 2015: Tritil Azido Timidina, Intermediário de Efavirenz e Tenofovir).

15 Provisão para contingências

A Companhia é parte envolvida em processos tributários, trabalhistas, cíveis e de outras naturezas, cujas discussões se encontram em andamento nas esferas administrativa e judicial. O risco de perda associado a cada processo é avaliado periodicamente pela Administração em conjunto com seus consultores jurídicos externos e leva em consideração: (i) histórico de perda envolvendo discussões similares; (ii) entendimentos dos tribunais superiores relacionados a matérias de mesma natureza; (iii) doutrina e jurisprudência aplicável a cada disputa. Com base nessa avaliação, a Companhia constitui provisão para contingência para aqueles processos cuja avaliação de risco é considerada como provável de perda.

	Causas trabalhista
Saldo em 31 de dezembro de 2015	1.328
Adições	-
Reversões	-
Baixas por pagamento	-
	-
Saldo em 31 de março de 2016	1.328

Em 31 de março de 2016, a Companhia possuía R\$ 2.919 (R\$ 2.874 em 31 de dezembro de 2015) relacionados a contingências trabalhistas, tributárias e cíveis cuja chance de perda é considerada possível, e pela própria definição, não foi contabilizada.

16 Imposto de renda e contribuição social

a. Reconciliação das despesas do imposto de renda e da contribuição social - corrente

Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do período apresentam a seguinte reconciliação em seus valores à alíquota nominal combinada:

	31/03/2016	31/03/2015
Lucro antes do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social (CSLL)	10.520	9.052
Efeito na base do IRPJ e da CSLL sobre:		
Adições:		
Despesas não dedutíveis	466	16
Provisão de Perdas com Estoque	458	1.130
Exclusões:		
Reversão de Provisão de Perdas com Estoque	(1.264)	(1.345)
Outros	(92)	-
Lucro tributável	10.088	8.853
Imposto de renda e da contribuição social - 34%	3.430	3.010
Outros	(157)	(6)
Imposto de renda e contribuição social - resultado	3.273	3.004
Alíquota efetiva	32%	34%

b. Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seus respectivos valores contábeis. Não houve movimentação desses impostos no período de três meses findo em 31 de março de 2016 e 2015.

c. Adesão ao Programa de Parcelamento de Débitos Federais (REFIS) Lei 12.996/14

Em 07 de agosto de 2014, o Conselho de Administração aprovou a adesão da Companhia ao programa de redução e parcelamento de débitos federais conforme a Lei 12.996/14. A data de adesão ao REFIS foi 21 de agosto de 2014. A Receita Federal do Brasil consolidou parte do pedido de parcelamento em 25 de setembro de 2015 no montante de R\$ 433 Mil. A Companhia acionou os seus advogados tributaristas, para agilizar junto com a Receita Federal do Brasil a consolidação do saldo do parcelamento. As condições gerais desse parcelamento podem ser assim resumidas:

- Parcelamento efetuado em 60 meses;
- Parcelas com atualização monetária com base na taxa SELIC;
- Redução da Multa de Mora de Ofício em 80%;
- Redução dos Juros de Mora em 35%;
- Redução do Encargo Legal de 100%;
- Antecipação de 10% do Débito parcelado em 5 meses;
- Renúncia da Exigibilidade suspensa de Débitos Federais compensados por Per Dcomp's de Pis e Cofins não Homologadas pela Receita Federal no montante de R\$ 1.224;
- Desistência de Parcelamentos Anteriores no montante de R\$ 811;
- Os débitos tributários solicitados pela Companhia para a Adesão do Refis Lei 12.996/14, totalizou R\$ 2.034;

Em 31 de março de 2016 o montante de R\$ 1.852 (R\$ 1.852 em 31 de dezembro de 2015) está registrado na conta “outras obrigações”.

	31/03/2016	31/12/2015
Parcelamento - IRPJ	443	443
Parcelamento - CSRF	998	998
Parcelamento - 12.996/14	389	411
	1.830	1.852
Circulante	74	96
Não Circulante	1.756	1.756

17 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de março de 2016, o capital social autorizado, subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 33.477 (R\$ 33.477 em 31 de dezembro de 2015) e está representado e dividido entre seus acionistas conforme abaixo:

	Ações		
	Ordinárias	%	Total
Acionistas Controladores	9.501.915	80	9.501.915
Banco Nacional de Desenvolvimento - BNDES	2.375.479	20	2.375.479
Outros	<u>1</u>	0	<u>1</u>
Total	<u>11.877.395</u>	100	<u>11.877.395</u>

Ações ordinárias

Todas as ações têm os mesmos direitos com relação aos ativos líquidos residuais da Companhia.

Os detentores de ações ordinárias têm o direito ao recebimento de dividendos conforme definido no estatuto da Companhia. As ações ordinárias dão o direito a um voto por ação nas deliberações da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2014, foi realizada uma Assembleia Geral Extraordinária que deliberou o aumento do capital social da Companhia, com base na capitalização da reserva de lucros denominada 'Reserva de Recompra de Ações', no valor de R\$ 11.150. O capital social da Companhia de R\$ 19.425 aumentou para R\$ 30.575, sem emissão de novas ações pela Companhia.

Em 30 de abril de 2015, foi realizada uma Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária que deliberou o aumento do capital social da Companhia, com base na capitalização da reserva de lucros, no valor de R\$ 2.902. O capital social da Companhia de R\$ 30.575 aumentou para R\$ 33.477, sem emissão de novas ações pela Companhia.

b. Dividendos

O estatuto social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do resultado do exercício, ajustado na forma da lei 6.404/76 (Lei das S/As).

c. Natureza e propósito das reservas

Reserva Legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada período nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Reserva de retenção de lucros

É constituída com a finalidade de assegurar a disponibilidade de recursos próprios para o desenvolvimento dos negócios sociais e destinada à aplicação em investimentos previstos no orçamento de capital para projeto de expansão da planta fabril da Companhia.

O lucro do exercício de 2015 remanescente após a destinação para a reserva legal e pagamento de dividendos mínimos obrigatórios foi destinado para a rubrica de Reserva de retenção de lucros. Em 31 de março de 2016 e em 31 de dezembro de 2015, a reserva de retenção de lucros está desenquadrada uma vez que encontra-se superior ao capital social nesta data.

A Assembleia Geral que aprovou a destinação do excedente das Reservas em relação ao Capital Social foi realizada em 29 de abril de 2016 (veja nota 25).

18 Instrumentos financeiros

18.1 Gestão de risco de capital

A Companhia administra seu capital, para assegurar que ela possa continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. A estratégia geral da Companhia permanece inalterada desde 2009.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (empréstimos detalhados na nota explicativa 12), deduzidos pelo caixa, saldos de bancos e pelo patrimônio líquido da Companhia (que inclui capital emitido, reservas, lucros acumulados), conforme apresentado na Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido.

A Administração revisa constantemente a sua estrutura de capital. Como parte dessa revisão, a Administração considera o custo de capital e os riscos associados a cada classe de capital.

O índice de endividamento em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015 está demonstrado a seguir:

	31/03/2016	31/12/2015
Passivo Circulante	28.928	30.865
Passivo Não Circulante	<u>21.996</u>	<u>21.562</u>
Total	<u><u>50.924</u></u>	<u><u>52.427</u></u>
Ativo Total	140.803	134.806
Índice de endividamento líquido	36%	39%

- (a) A dívida é definida como empréstimos de curto e longo prazo, conforme detalhados na nota 12.

18.2 Categorias de instrumentos financeiros

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram:

	31/03/2016		31/12/2015	
	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil
Empréstimos e recebíveis mensurados pelo custo amortizado				
Caixa e equivalentes de caixa	7.140	7.140	10.572	10.572
Aplicações financeiras	9.035	9.035	12.856	12.856
Contas a receber	23.521	23.521	15.461	15.461
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado				
Empréstimos e financiamentos - partes relacionadas	(21.002)	(21.002)	(20.089)	(20.089)
Fornecedores	(9.025)	(9.025)	(11.148)	(11.148)

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Julgamentos foram requeridos na interpretação dos dados de mercado para produzir as estimativas dos valores de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado.

A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo ou de proteção (“hedge”) em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

18.3 Objetivos da Administração dos riscos financeiros

O Departamento de Tesouraria Corporativa da Companhia coordena o acesso aos mercados financeiros domésticos e estrangeiros, monitora e administra os riscos financeiros relacionados às operações da Companhia por meio de relatórios de riscos internos que analisam as exposições. Esses riscos incluem o risco de mercado (inclusive risco de moeda, risco de taxa de juros e outros riscos de preços), o risco de crédito e o risco de liquidez.

18.4 Riscos de mercado

Por meio de suas atividades, a Companhia fica exposta principalmente a riscos financeiros decorrentes de mudanças nas taxas de câmbio e nas taxas de juros. A Administração entende que esse risco é inerente ao perfil de sua operação e, portanto, bem equacionado. Logo, a Administração não usa instrumentos financeiros derivativos para administrar sua exposição aos riscos relacionados às taxas de câmbio e de juros, nem tampouco se utiliza de derivativos ou outros ativos de risco com caráter especulativo.

As exposições ao risco de mercado são mensuradas em bases contínuas e acompanhadas pela Administração.

18.5 Gestão de risco de taxa de câmbio

A Companhia faz algumas transações em moeda estrangeira; consequentemente, surgem exposições às variações nas taxas de câmbio. As exposições aos riscos de taxa de câmbio são administradas de acordo com os parâmetros estabelecidos pelas políticas aprovadas. Os resultados estão suscetíveis de sofrer variações, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre as transações atreladas às moedas estrangeiras, principalmente o dólar norte-americano. Em 2016, o dólar norte-americano sofreu uma desvalorização de 8,86% frente ao real (2015 - valorização de 47,01%). A exposição ao risco de câmbio em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015, representado pelos valores contábeis dos ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são:

Ativo	31/03/2016	31/12/2015	Moeda de Exposição
Caixa e equivalente de caixa (contratos de câmbio de clientes estrangeiros)	6.329	6.264	US\$
Contas a receber de clientes estrangeiros	1.649	2.031	US\$
Adiantamento a fornecedores	2.073	4.452	US\$
Passivo: Seguro Transporte	288	389	US\$
Fornecedores estrangeiros	7.862	10.198	US\$

Em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015, a Companhia não possui empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira.

18.6 Gestão do risco de taxa de juros

Ativos financeiros

Os equivalentes de caixa e as aplicações financeiras no valor de R\$ 16.175 em 31 de março de 2016 (R\$ 23.428 em 31 de dezembro de 2015) são mantidos, substancialmente, em fundos de investimento e aplicações em títulos privados, emitidos por instituições financeiras de primeira linha.

O risco de taxa de juros vinculados aos ativos decorre da possibilidade de ocorrerem queda nessas taxas e, consequentemente, na remuneração desses ativos.

Passivos financeiros

A Companhia está exposta ao risco de taxa de juros, uma vez que obtêm empréstimos com taxas de juros pré-fixadas no valor de R\$ 21.002 em 31 de março de 2016 (R\$ 20.089 em 31 de dezembro de 2015). Entretanto, as taxas obtidas nos financiamentos são baixas, comparadas a outras formas de financiamento existentes no mercado. Dessa forma, esse risco é significativamente atenuado.

18.7 Gestão de risco de crédito

O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. A Administração adotou a política de apenas negociar com contrapartes que possuam capacidade de crédito e obter garantias suficientes, quando apropriado, como meio de mitigar o risco de perda financeira por motivo de inadimplência. A Companhia utiliza informações financeiras disponíveis publicamente e seus próprios registros para avaliar seus principais clientes. A exposição da Companhia e as avaliações de crédito de suas contrapartes são continuamente monitoradas e o valor agregado das transações concluídas é dividido entre as contrapartes aprovadas. A exposição do crédito é controlada pelos limites das contrapartes, que são revisados e aprovados pela Administração.

O saldo de contas a receber de clientes no montante de R\$ 23.521 em 31 de março de 2016 (R\$ 15.461 em 31 de dezembro de 2015), tem como os maiores volumes devidos pela Blanver Farmoquímica Ltda, Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ, Aspen Pharma Indústria Farmaceutica, Eurofarma Laboratórios S/A, União Química Farmaceutica Nacional S/A e Cristália Produtos Químicos Farmacêutico, foram os principais clientes da Companhia (vide nota explicativa 1). As demais contas a receber de clientes estão compostas por um grande número de clientes em diferentes áreas geográficas. Uma avaliação contínua do crédito é realizada na condição financeira das contas a receber. Para fazer face a possíveis perdas com créditos de liquidação duvidosa, é avaliada a necessidade de constituir-se provisão para créditos de liquidação duvidosa para a cobertura desse risco.

A Companhia não está exposta ao risco de crédito com relação a garantias financeiras concedidas a bancos. Adicionalmente, a Companhia não detém nenhuma garantia ou outras garantias de crédito para cobrir seus riscos de crédito associados aos seus ativos financeiros.

As operações com instituições financeiras (caixa e equivalente de caixa e aplicações financeiras), no valor de R\$ 16.175 em 31 de março de 2016 (R\$ 23.428 em 31 de dezembro de 2015), são distribuídas em instituições de primeira linha, evitando risco de concentração. O risco de crédito das aplicações financeiras é avaliado através do estabelecimento de limites máximos de aplicação nas contrapartes, considerando os “ratings” publicados pelas principais agências de risco internacionais para cada uma destas contrapartes.

Gestão do risco de liquidez

A responsabilidade final pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Diretoria Financeira, que elaborou um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazo. A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros. A Companhia possui linhas de crédito não utilizadas no montante de R\$ 5.000 à disposição para reduzir ainda mais o risco de liquidez.

Em 31/03/2016	Menos de um ano	Entre um e três anos	Entre quatro e cinco anos	Total
Fornecedores	9.025	-	-	9.025
Financiamentos	2.102	8.057	10.843	21.002
Em 31/12/2015	Menos de um ano	Entre um e três anos	Entre quatro e cinco anos	Total
Fornecedores	11.148	-	-	11.148
Financiamentos	1.625	7.381	11.083	20.089

18.8 Técnicas de avaliação e premissas aplicadas para fins de apuração do valor justo

A determinação do valor justo dos ativos e passivos financeiros é apresentada a seguir:

O valor justo dos ativos e passivos financeiros que apresentam termos e condições padrão e são negociados em mercados ativos é determinado com base nos preços observados nesses mercados.

O valor justo dos outros ativos e passivos financeiros é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos baseado em análises dos fluxos de caixa descontados.

Os valores de mercado dos principais instrumentos financeiros não apresentam diferenças significativas dos valores contabilizados. Os maiores saldos referente a empréstimos estão vinculados ao BNDES, sendo assim operações em mercado exclusivo onde não existe previsibilidade de alta volatilidade em taxa de juros e as taxas efetivas representam boas aproximações a taxas de mercado.

19 Receita de Vendas

Segue abaixo conciliação entre a receita bruta e a receita apresentada na demonstração do resultado do período de três meses findo em 31 de março de 2016 e 2015:

	31/03/2016	31/03/2015
Receita bruta	37.500	34.651
Menos:		
Vendas Canceladas	(253)	(440)
Impostos sobre vendas	(880)	(1.458)
	<u>36.367</u>	<u>32.753</u>

20 Custos dos Produtos Vendidos

	31/03/2016	31/03/2015
Custo dos Materiais	(13.892)	(11.577)
GGF e MOD	(7.018)	(6.381)
Custos Produtos Vendidos	<u>(20.910)</u>	<u>(17.958)</u>
Custos Produtos Revendidos	(1.122)	(1.836)
	<u>(22.032)</u>	<u>(19.794)</u>

21 Resultado financeiro

	31/03/2016	31/03/2015
Despesas financeiras		
Juros	(120)	(84)
Outros	(257)	(217)
	<u>(377)</u>	<u>(301)</u>
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	436	365
Outros	77	61
	<u>513</u>	<u>426</u>
Variação cambial, líquida	<u>(1)</u>	<u>(971)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>135</u>	<u>(846)</u>

22 Despesas operacionais

	31/03/2016	31/03/2015
Despesas com vendas	<u>25</u>	<u>93</u>
Despesas operacionais		
Despesas com pessoal	1.798	1.676
Serviços de terceiros	444	537
Ocupação e utilidades	446	406
Despesas administrativas	669	174
Impostos e taxas	138	138
Depreciação	104	97
	<u>3.599</u>	<u>3.028</u>
	<u>3.624</u>	<u>3.121</u>

23 Cobertura de seguros

Em 31 de março de 2016 e em 31 de dezembro de 2015, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R\$ 86.080 para danos materiais e R\$ 25.480 para responsabilidade civil.

24 Lucro líquido por ação

Conforme requerido pelo CPC 41 e IAS 33 (Earnings per Share), as tabelas a seguir reconciliam o lucro do período de três meses findo em 31 de março de 2016 e 2015, nos montantes usados para calcular o lucro por ação básico e diluído.

	31/03/2016	31/03/2015
Lucro líquido	7.500	6.048
Quantidade de ações em circulação (em milhares)	<u>11.877</u>	<u>11.877</u>
Lucro líquido por ação (básico e diluído)	<u>0,63</u>	<u>0,51</u>

25 Eventos Subsequentes

Aprovação da destinação do resultado do exercício de 2015

Em 29 de abril de 2016 foi realizada Assembleia Geral Ordinária da Companhia onde foi deliberada a aprovação das demonstrações financeiras referentes a 31 de dezembro de 2015 e a destinação do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, que totalizou R\$ 25.419 da seguinte forma:

- Aprovação da proposta da Administração para destinação dos dividendos mínimos obrigatórios no montante de R\$ 6.037 aos acionistas, na proporção de suas participações no capital social da Companhia, sendo R\$ 2.100 a título de dividendos obrigatórios, e R\$ 3.937 no valor bruto a título de Juros Remuneratórios sobre o Capital Próprio;
- R\$ 1.271 serão destinados à Reserva Legal;
- R\$ 18.111 serão destinados à constituição de Reserva de Retenção de Lucros;
- R\$ 8.500 mediante a utilização de parcela do saldo da Reserva de Retenção de Lucros pertinentes aos exercícios anteriores ao de 31 de dezembro de 2015, serão destinados ao aumento do Capital Social da Companhia. Dessa forma, o Capital Social da Companhia passa de R\$ 33.477 para R\$ 41.977, sem emissão de novas ações pela Companhia.

Processo de validação dos produtos da Companhia

Conforme nota explicativa 1.1, a Companhia sofreu uma interdição parcial das suas atividades de fabricação em setembro/2015. A Administração da Companhia vem realizando ações para a validação dos produtos de seu portfólio a medida das necessidades do mercado. No mês de abril/2016 foram validados mais 7 produtos, totalizando 28 produtos validados.